



## **MOVIMENTO NEGRO HISTÓRIA, IMPORTÂNCIA, REALIDADE E PERSPECTIVAS.**

Alessandra Guimarães dos Santos Medina  
Marivânia Conceição de Araújo

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é fazer uma pesquisa bibliográfica e documental para pontuar aspectos importantes da história do Movimento Negro no Brasil, seus limites e possibilidades, destacando sua importância para garantia e efetivação no acesso aos direitos historicamente negados à população negra, sobretudo frente a ideologia do embranquecimento, uma das faces mais perversas do racismo. Além disso, é uma pesquisa qualitativa, feita através de entrevistas com pessoas ligadas ao Movimento Negro de Maringá em que se pretende dimensionar a história, a realidade, as perspectivas, os limites e as possibilidades diante do cenário nacional, destacando a vivência das pessoas negras engajadas na luta, antirracista e como se apresenta a questão identitária do povo negro no norte do Paraná, na cidade de Maringá. O movimento negro criou formas de resistências e reconhecimento identitário há cerca de 30 anos, neste município e, nesse trabalho serão destacados três entidades: Associação União e Consciência Negra em Maringá; Instituto Enedina Alves Marques, que reúne mulheres negras; e o Centro Cultural Jhamayka. São professores, cientistas sociais, pedagogos e historiadores que lutam pela melhoria das condições de vida do povo negro nesta cidade.

**Palavras-chaves:** Racismo; Movimento Negro; Luta anti-racista; Resistência; Direitos.

### **ABSTRACT**

The objective of this work is to do a bibliographical and documentary research to point out some important aspects of the Black Movement history in Brazil, its limits and possibilities, highlighting its importance to guarantee and effective access to rights, historically denied to the black population, mainly facing the ideology of whitening. In addition,, it is a qualitative research through interviews with people linked to the Black Movement of Maringá which intends to dimension the history, the reality, perspectives, limits and possibilities against the national scenario, highlighting the experience of the black people engaged in the antiracist fight and how the identity issue of the black people in the north of Paraná, in the city of Maringá, is presented. The black movement has created forms of resistance and identity recognition for about 30 years in this city, and in this work three entities will be highlighted: Union and Black Consciousness Association in Maringá; Enedina Alves Marques Institute, which gathers black women; and the Jhamayka Cultural Center. They are teachers, social



scientists, educationalists and historians who help to improve the living conditions of black people in this city.

**Keywords:** Racism; Black Movement; Anti-racist fight; Resistance; Rights.



## INTRODUÇÃO

Ao estudarmos os movimentos sociais entendemos sua importância para efetivação dos Direitos Humanos. Nesse sentido, espera-se salientar a relevância, sobretudo, do movimento negro na desconstrução histórica e social de uma sociedade que se estrutura numa ideologia racista e excludente, que resulta na marginalização do povo negro.

Devido à importância de se entender a realidade social para a gestão pública, na efetivação dos direitos humanos no Brasil, torna-se indispensável ressaltar aspectos concernentes à população negra, organizada nos movimentos. Nessa perspectiva, entende-se que o processo histórico da Diáspora Africana, e do povo afro-brasileiro foi e é marcado por lutas e resistências e que o Movimento Negro é preponderante para reconhecimento disso e para consecução dos Direitos Humanos a esta população.

O resgate da identidade negra é algo imprescindível em nosso atual contexto social. E, para o fortalecimento identitário, é fundamental a consciência de que quando estamos unidos e organizados somos mais fortes e, será dessa forma que conseguiremos reivindicar acesso e garantia aos direitos que individualmente não são alcançados. Para além disso, ao estudarmos o movimento negro versamos sobre a relevância da participação da população negra para transpor a estrutura desigual e desonesta que a realidade social brasileira impõe, que se mantém ao longo do tempo marcada pela ideologia racista.

O movimento negro é reconhecido por ser um movimento social cujo discurso é radical e contestador, se destaca pela luta política contra o racismo, negando a história oficial, para salientar a contribuição de uma nova interpretação da história da população negra no Brasil. Nesse sentido, o Movimento Negro tem suma importância para que o racismo seja posto em evidência, para que seja possível reconhecer e enfrentar seus efeitos deletérios, pois:

Enfrentar a questão seria, então, em primeiro lugar, criar a possibilidade de reequacioná-la diante da opinião... o papel frequentemente negativo da mídia, conduzida a transformar tudo em "*faits-divers*", em lugar de aprofundar as análises... E há também a displicência deliberada dos governos e partidos, no geral desinteressados do problema, tratando muito mais em termos



eleitores que propriamente políticos. Desse modo, o assunto é empurrado para um amanhã que nunca chega. Ser negro no Brasil é, pois com frequência, ser objeto de olhar enviesado... Logo tanto é incomodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver “subido na vida” (SANTOS, 2000, p. 03).

Enfatiza-se, neste trabalho um movimento social que para Gomes (2011 p.133) “apresenta um projeto educativo, construído a luz de uma realidade de luta, que se choca muitas vezes, com a racionalidade hegemônica que impera na teoria social e pedagógica. A luta política e social do povo negro existe desde a escravidão a coletividade identitária se manifesta a priori nos quilombos”.

Numa crescente, a organização do povo negro se apresenta como movimento social, antes mesmo da abolição da escravidão como a experiência coletiva dos Quilombos e a Revolta dos Malês (1835), dentre outros. Após a abolição temos outros movimentos importantes como a Revolta da Chibata (ocorrida em 1910 e liderada pelo marinheiro negro João Cândido Felisberto), a Imprensa Negra Brasileira (movimento composto por diferentes líderes que produziram e publicaram jornais voltados à população negra em todo o Brasil), Frente Negra Brasileira, que intencionava expressão nacional, Teatro Negro (grupo composto por atrizes atores, autores liderados por Abdias do Nascimento) caracterizado por ser um projeto pedagógico com vistas à educação e expressão cultural e política e tantas outras facetas da história de resistência do povo negro brasileiro poderiam ainda serem citadas.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A história da população negra no Brasil, é marcada indelevelmente, no período da escravidão por diversos abusos, exploração, e pós a abolição por descaso, discriminação e marginalização. Porém, é possível, sobretudo, verificar através de várias formas de resistências estratégicas, possibilidades de superação e reversão desta condição, por meio de movimentos de mobilização no Brasil, criando inicialmente grupos de pessoas com objetivos e metas em comum, que se materializaram e materializam nos movimentos sociais.





Segue, de maneira breve, a trajetória do Movimento Negro, antes mesmo de ser reconhecido como tal, que se inicia ainda durante o período escravagista.

A **Revolta dos Malês** foi um movimento de negros mulçumanos que aconteceu na Bahia em 1835, onde hoje esta localizada a cidade de Salvador, antecedeu a abolição da escravatura e por isso merece seu devido destaque. Foi um levante que ganhou visibilidade internacional e tinha como líderes negros que dominavam as letras, ou seja, sabiam ler e escrever. A visibilidade na mídia internacional deu-se na época com muita ênfase negativa por se tratarem de negros mulçumanos, perspectiva tal qual presenciamos ainda hoje.

Destacaram-se as diferentes etnias na organização desse levante, entre elas está o protagonismo de nagôs e hauçás. Segundo Tinoco (2015), nas reuniões dedicavam-se a “exercícios de leitura, escrita corânicas e dividiam tempo com rezas e conspirações”. Nesse contexto, ao fim do mês sagrado do Ramadã, o intento se concretiza com os negros munidos de roupas islâmicas, anéis e amuletos protetores produzidos com cópias de rezas, escritos árabes.

De acordo com a historiografia sobre o tema, a Revolta dos Malês foi fortemente reprimida. Das seis centenas de revoltosos, 73 foram mortos em enfrentamento, além de dez oponentes ao levante. Os derrotados foram condenados a penas de açoite, prisão, banimento e até morte. A partir dali, a população africana passou a ser submetida a uma vigilância e repressão abusivas. (TINOCO, 2015, p.15).

**Revolta da Chibata**, o movimento leva este nome porque reivindicava o fim dos castigos corporais impostos aos marinheiros da Marinha brasileira, foi datada no ano de 1910. Nessa época, conforme Maria Trindade Barbosa (1999), o Brasil era uma potência naval mundial. Em dezoito de abril de mil novecentos e dez, o “Minas Gerias” adentrou as águas de Guanabara, era o navio mais moderno do mundo, porém as condições de trabalho não eram condizentes com a sua estrutura.

Infelizmente, esse reaparelhamento material não foi acompanhado por uma necessária modernização das condições de trabalho. O recrutamento do pessoal, o regime de trabalho, as normas disciplinares e os cuidados com a



alimentação continuavam ainda os mesmos das caravelas e dos tumbeiros (navios transportadores de escravos). O código disciplinar da marinha ainda era o mesmo do tempo da monarquia, assim como os processos de recrutamento. Criminosos e marginais, produtos de uma sociedade que lhes negava um melhor destino, eram colocados lado a lado com homens simples para cumprirem serviço obrigatório durante dez e quinze anos. As desobediências ao regulamento eram punidas com chibatadas e outros castigos. (MUNANGA; GOMES, 2006, p.109).

Apesar de os castigos corporais nas forças Armadas terem sido extinguido por decreto, em 16 de novembro de 1889, um ano depois, o Marechal Deodoro da Fonseca os legaliza novamente. Aos marujos só restava uma opção diante das reivindicações negadas, a conspiração, que tomou corpo em 1910, quando o marinheiro Marcelino Rodrigues foi castigado com duzentas e cinquenta chibatadas. Apesar da abolição o tratamento seguido pelo ranço escravagista estava presente.

Em 22 de novembro de 1910 data-se a revolta.

No combate muitos homens morreram, alguns oficiais e vários marinheiros. João Cândido Felisberto tomou o comando do “Minas Gerais” . Os encouraçados “São Paulo e “Bahia” também foram tomados pelos marujos que conforme Munanga e Gomes (2006) “manobrando os navios com maestria, apontaram seus canhões para pontos estratégicos da cidade” e exigiam um acordo baseado no fim dos castigos corpóreos, bem como aumento do soldo e educação dos marujos.

Imaginem o reboliço na cidade! Eram 2379 armados com as mais modernas armas da época. Interessante mencionar que a rebelião contou com apoio da oposição ao governo e de alguns cariocas. E rapidamente o governo aprovou um projeto de Rui Barbosa e após cinco dias de revolta, a luta dos marujos segue vitoriosa, com o fim do uso da chibata.

Tristemente, como sempre, há aqueles que não concordavam com o acordo realizado e a imprensa endossou isso. Um trecho de um jornal paulista continha a seguinte publicação: “É bem doloroso para um país forte e altivo ter de se sujeitar as imposições de 700 ou 800 negros e mulatos” Munanga e Gomes ( 2006, p. 110). Dentre outros posicionamentos similares se multiplicavam e, ignorando o acordo e anistia, na noite de nove para dez de dezembro muitos negros e mulatos forma bombardeados por canhões pela “esquadra branca”.



Nesse embate muitos foram presos, entre eles João Cândido Felisberto que era “célebre demais” e por isso não deveria ser executado, pois seria uma ação divulgada pelos meios de comunicação e por isso o governo poupou sua vida.

Ele foi internado no hospital dos Alienados no Rio de Janeiro e em 1912, foi absolvido com os outros marinheiros da revolta. Morreu pobre e doente em seis de dezembro de um mil novecentos e sessenta e nove, aos oitenta e nove anos de idade.

**Imprensa Negra Brasileira:** considera-se importante esse movimento, pois apresenta dados que demonstram contrariamente o que se afirma sobre a população negra e que faz parte do senso comum da sociedade brasileira, ou seja, que somos “iletrados, analfabetos e desorganizados”.

A imprensa negra foi produzida com poucos recursos, pois era idealizada por homens negros de poucas posses, como o auxiliar de farmácia José Correa Leite e Jayme Aguiar um pequeno funcionário. O jornal O Clarim, fundado por eles, não tinha anunciantes, como já se era de supor, no entanto, foi importante, pois dava visibilidade à população negra e muitos negros faziam questão de ler os jornais, cuja principal bandeira era a denúncia do racismo e a luta pela cidadania do negro no Brasil.

Diferentes jornais faziam parte da imprensa negra e a sua principal característica é manifestada pela reivindicação da inclusão da população negra na sociedade brasileira de modo igualitário, outro exemplo dessa ação é o jornal Menelik, criado pelo poeta negro Deocleciano Nascimento, em 1915, foi um dos primeiros jornais voltados à população negra a circular na cidade de São Paulo.

**Frente Negra Brasileira:** sua data de fundação foi 16 de setembro de 1931, em São Paulo, tinha uma estrutura bem organizada, integrada por vinte membros e dentre os seus idealizadores e fundadores estava Abdias Nascimento, dramaturgo, ator que posteriormente seria eleito senador da república pelo Rio de Janeiro.

Entre os seus elementos figurava uma organização paramilitar, a Frentenegrina, fundada por Francisco Lucrecio. Segundo Munanga e Gomes (2006), “Os seus componentes usam camisas brancas e recebiam rígido treinamento militar”. Dessa forma, essa organização



ganhou espaço político, a confiança da população e também das autoridades, chegando ao seu ápice ao institucionalizar-se como partido político, fazendo com que ultrapassasse os limites de São Paulo, tendo expressão no Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul.

O ideário da Frente Negra Brasileira foi sobretudo educacional, visto que seus integrantes acreditavam que se o negro conseguisse expandir seu campo de atuação para as ciências, a arte e a literatura, seria possível ascensão social e libertação da condição de inferioridade e marginalidade.

Porém com o Golpe do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937 a Frente Negra enquanto como partido político foi extinta junto com outras organizações democráticas, dando lugar a ditadura de Vargas. Como é de imaginar houve uma tentativa resistente em dar continuidade à Frente, mas com o nome União Negra Brasileira, porém com a forte repressão exercida pelo sistema autoritário de Vargas, ela sobreviveu apenas até o ano seguinte ao golpe. Contudo, é importante ressaltar que a Frente Negra foi muito importante para o povo negro na década de 1930, pois dimensionava o que o Estado brasileiro negava à população negra, “ofereceu escola, assistência na área de saúde e social e teve uma atuação política muito marcante” (MUNANGA; GOMES, 2004, p.120).

**O Teatro Experimental do Negro**, o TEN, foi fundado no Rio de Janeiro em 1944 por Abdias Nascimento, seu principal objetivo era propagar a valorização do povo negro através da educação, da cultura e da arte. Seus primeiros participantes eram operários, empregadas domésticas, alguns não profissão definida, pessoas muito simples que em sua maioria estavam alijadas do processo de participação sócio política, inclusive da educação. No TEN havia uma preocupação não apenas em alfabetizar, mas igualmente “oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional” Gomes (2011)

Era uma organização de pessoas que não queriam apenas representar, estava para além disso, pois foi um espaço propício à emancipação de muitos, já que seu maior objetivo era libertação cultural do povo negro, na luta antirracista numa proposta de educar o olhar do próprio negro à herança africana, à cultura produzida pelo negro no Brasil, proporcionando





assim, um rompimento com visão eurocêntrica que inferioriza e limita social e economicamente a pessoa negra.

Somado à Abdias Nascimento nessa empreitada temos um grande expoente, que não podemos deixar de citar que foi Solano Trindade, maior poeta negro que já se conheceu, idealizador do I Congresso Afro-brasileiro. Todo seu trabalho quer no teatro, na dança, na música era voltado para o resgate da arte negra e luta em favor da independência cultural do povo negro.

Avançando nesse percurso histórico, chegamos ao golpe de 1964 que nos conduziu à ditadura militar. Foram os chamados “anos de chumbo”, quando diferentes formas de violência (inclusive mortes dos opositores ao sistema) eram legitimadas pelo Estado que, entre outras práticas antidemocráticas, torturava seus oponentes. Munanga e Gomes nos ajudam a descrever o que sofreram as pessoas negras: “A população negra sofria, enquanto como povo brasileiro, todas as formas de atrocidades da ditadura e, nesse período, os grupos negros de protesto contra o racismo também foram reprimidos” (2004, p. 28). Nesse momento específico de luta, as questões de raça e classe são mais fortemente discutidas de modo justaposto pelos movimentos sociais negros, ainda que estivessem na clandestinidade e as pessoas negras passam também a denunciar a exploração econômica imposta a essa parcela da população.

E neste cenário, é possível afirmar que todas estas expressões do povo negro, citadas acima, como resultado de décadas de reflexão, trabalho coletivo e luta contra a desigualdade racial no Brasil, deram luz ao Movimento Negro Unificado na década de 70. Em um ato em São Paulo, precisamente no dia 7 de julho de 1978, como resposta ao fato de Robson Silveira da Luz, um feirante, de 27 anos que foi acusado de roubo, preso e foi torturado até a morte na delegacia por policiais. Além disso, os manifestantes do ato protestaram contra a discriminação racial sofrida por três jovens atletas negros que expulsos do Clube de regatas do Tietê.

Durante o ato público que acompanhou a manifestação, ocorreu a unificação de várias organizações negras, nascendo assim o Movimento Negro Unificado, mais conhecido como



MNU. O MNU tomou-se uma das principais entidades negras da atualidade, possui um caráter nacional, com sedes em Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e em outros estados.

A luta contra a discriminação racial, as propostas para a superação do racismo na educação. escolar, a discussão da questão racial dentro dos partidos da esquerda brasileira, a formação de lideranças políticas negras para atuar nas esferas políticas são algumas das muitas ações do MNU desde a sua fundação. (MUNANGA; GOMES 2004, p. 128).

E a contribuição do Movimento Negro segue na história fazendo a diferença na luta pela efetivação e garantia dos direitos humanos.

Esta resistência e luta por alcançar, efetivar direitos e recontar nossa história se deve à organização do povo negro que, por exemplo, em 20 de novembro de 1995, realizou a Marcha Zumbi dos Palmares, em que foi entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso um Programa de Superação do Racismo e da desigualdade Racial com algumas diretrizes:

Implementação da Convenção sobre Eliminação da discriminação Racial no Ensino;  
Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União;  
Desenvolvimento de programas de treinamento de professores e educadores que os habilite adequadamente com a diversidade racial;  
Identificação da práticas discriminatórias presentes nos estabelecimentos escolares e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras. (PARANÁ, 2006 p. 18).

Desde então essas reivindicações foram sendo cobradas pelos movimentos sociais, intelectuais e pesquisadores negros, até que em 2003 foi aprovada uma importante Lei para a população negra, no contexto educacional, a Lei 10639/03, que se refere conteúdos que tratam do ensino da cultura africana e afro-brasileira, como princípio para propiciar a visibilidade e a valorização da população negra no Brasil e o reconhecimento da dívida histórica que o país tem para com essa população, haja vista que desde da abolição da escravidão não houve políticas públicas para ressarcir a população negra dos efeitos deletérios da escravidão, mas, ao contrário, o Estado agiu de modo a tornar branca a população, deixando negras e negros sem as condições mínimas de saúde, habitação e educação (PAIXÃO, 2005).



A Lei 10.639/03 também inclui o dia 20 de novembro no calendário escolar, como o dia da Consciência Negra e em homenagem ao herói negro zumbi dos Palmares.

Convém informar que numa constante resistência e luta pela garantia, implementação e efetivação dos direitos, o movimento negro se mantém até hoje em suas mais variadas formas de organização popular e institucional. Nesse sentido, nas páginas seguintes, será apresentada um pouco da história do Movimento Negro na cidade de Maringá, que se estrutura, sobretudo na oralidade dos primeiros participantes deste movimento organizado, datado na década de 1980.

## **MOVIMENTO NEGRO EM MARINGÁ**

Esta seção do trabalho será dedicada a estudar o Movimento Negro na cidade de Maringá, que está situada ao norte do Estado do Paraná, a 440 quilômetros da capital, Curitiba e a 720 quilômetros da cidade de São Paulo. Segundo o censo IBGE (2010), a população negra é quantificada em aproximadamente 26%.

O movimento negro tem seu início há cerca de 30 anos, com suas primeiras reuniões feitas com estudantes, servidores públicos, profissionais liberais negros e hoje percebemos o Movimento Negro em três importantes instituições: Associação União e Consciência Negra em Maringá; Instituto Enedina Alves Marques, que reúne mulheres negras e o Centro Cultural Jhamayka. Os membros são munícipes, em sua maioria são negros, entre eles, alguns professores, cientistas sociais, pedagogos e historiadores que promovem ações com vista a possibilitar a melhora das condições de vida do povo negro de Maringá.

Este movimento se manifesta, principalmente, em ações culturais e educacionais, visando disseminar a luta antirracista, para efetivação dos direitos das pessoas negras, sobretudo considerando que nesta região são minoria, não só em direitos, mas também numericamente.



Para a aquisição das informações apresentadas a seguir foi realizada uma pesquisa bibliográfica, documental, para situar o movimento Negro e sua fundamental importância, enquanto como movimento social para a população negra brasileira. Além disso, foi feita uma pesquisa qualitativa, tendo por base entrevistas semi-estruturadas, de modo a permitir que os entrevistados relatem o máximo que lembrarem, sobre a história do Movimento em Maringá. A abordagem qualitativa permitiu levantar dados e fundamentar um texto condizente ao percurso histórico do Movimento Negro na cidade de Maringá, tendo como suporte os relatos orais coletados junto aos pioneiros do movimento nessa cidade.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O maior problema da população negra no Brasil reside na propagação e manifestação da ideologia racista, que está presente em nosso cotidiano, o que desmobiliza o valor identitário e resulta na desigualdade social e econômica. Para muitos o racismo é uma categoria difícil de ser entendida e, portanto reconhecida, porque um grande número de pessoas negras e não negras negam a estrutura racista que compõe a sociedade brasileira e reproduzem o discurso construído na perspectiva de que há no Brasil uma harmonia racial, em que todos são vistos e tratados como iguais independentemente da cor da sua pele. Todavia, a população negra no Brasil, historicamente tem sido discriminada e visto como um impedimento para o progresso do país. A esse triste ideário Caio de Menezes, em 1914, afirma:

Como coeficiente étnico de primeira grandeza, por que nenhum povo mais necessita da influência de povos adiantados na formação de um tipo de raça do que o brasileiro, principalmente no momento histórico em que a percentagem da raça africana começa a diminuir e precisa desaparecer dissolvida pelo turbilhão da raça branca (...). A preponderância étnica do estrangeiro só trará resultados maravilhosos para formação da nossa raça. (PARANÁ, 2006 p.20).

Entende-se que o racismo deve ser tema de estudos, debates políticos e conversas informais, para que haja esclarecimento e reconhecimento desse projeto de nação ocorrido no





Brasil que visava embranquecer a população sob pena de deixar a população negra com os piores índices sociais e econômicos até que se chegasse à sua extinção ou, ao menos, a sua grande redução. O racismo que existe na estrutura da sociedade brasileira deve ser enfrentado e debatido não somente entre pessoas negras, mas entre as não negras também, pois trata-se de um problema de toda a nação e não apenas dos negros, muito embora eles sejam a sua maior vítima cotidiana.

Foi nesse sentido que na década de 1980, um grupo pequeno, mas não tímido, de pessoas se organizaram e realizaram suas primeiras reuniões com o intuito de estudar as possibilidades de enfrentamento ao racismo, sobretudo à condição de inferioridade imposta aos negros, particularmente na cidade Maringá.

Contam os entrevistados que a primeira reunião, organizada pela Prof. Aracy teve sua sede no Colégio Unidade do Polo, no município. E outras ocorreram neste espaço, dando origem a primeira expressão do Movimento Negro Maringaense, batizado de União Consciência Negra Maringá.

Porém, como esse grupo era uma organização formalizada nacionalmente e para tanto os demais deveriam adotar o mesmo estatuto e como os participantes maringaenses discordavam de alguns itens desse estatuto, o nome foi então alterado para Associação União Consciência Negra de Maringá, porque principalmente o lema dessas pessoas era liberdade.

Conforme estatuto próprio no Art. 1º - A Associação União e Consciência Negra de Maringá, fundada no dia 20 de novembro de 1985 é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico na Comarca e Município de Maringá, localizada, provisoriamente, à Av. Brasil, 3746, sala 218 - Centro, com prazo indeterminado de duração.

Na sequência, segue em Art. 2º a descrição das finalidades: Art. 2º - A Associação União e Consciência Negra de Maringá tem por finalidades:

- a) - Lutar contra o preconceito de cor e a discriminação racial em todos os níveis da sociedade brasileira;
- b) - Elaborar projetos e efetivar ações que possibilitem o estudo, a valorização e o resgate da cultura e da história afro-brasileira;



- c) - Manter intercâmbio e apoiar outros segmentos sociais vitimados pela discriminação racial;
- d) - Participar da estrutura organizacional do Movimento Negro estadual e federal;
- e) - Firmar convênios com os órgãos da Administração Pública, autarquias e/ou da iniciativa privada com o objetivo de possibilitar a viabilização dos objetivos da Associação;
- f) - Comemorar o Dia Nacional da Consciência Negra;
- g) - Manter intercâmbio e convênios com outras entidades voltadas à cultura afro-brasileira.

Feito esse trâmite burocrático, mas não menos importante, segue-se a memória dos pioneiros do Movimento Negro maringaense.

O divisor de águas da organização, entendem os entrevistados, foi a vinda dos negros para a participação, tomada de consciência da negritude, identidade coletiva e reivindicação dos direitos. Outro importante feito desses pioneiros foi a produção de materiais que dessem visibilidade às discussões sobre a situação do negro brasileiro, a História da África, e tornassem viável a participação na formulação de políticas públicas, pois havia uma carência de pesquisas científicas sobre o assunto.

Todos os entrevistados foram enfáticos em dizer que é de extrema importância o reconhecimento identitário da pessoa negra, em oposição a ideologia de inferiorização e marginalização. Nesse sentido, Rocha (2014) afirma que o “papel do Movimento Negro brasileiro é, no âmbito da política, desconstruir a ideia de que o país vive uma “democracia racial” e, para além disso, o movimento busca a efetivação de políticas efetivas contra o racismo e por garantia de direitos da população negra.” E como se verá a seguir o Movimento Negro em Maringá sempre teve esse objetivo.

Os encontros que lá na década de 1980, em Maringá sustentavam a causa negra, conforme os entrevistados, apesar da marginalização imputada à população negra, eram entendidos como necessários pelos maringaenses, pois já havia uma certa consciência que o negro era marginalizado e merecia se manifestar. Sinalizamos aqui, que havia nesse momento histórico um apelo à democracia e a participação de todos, ou melhor, da maioria das pessoas



negras e não negras, pois todos sonhavam, com a queda da ditadura e o estabelecimento da democracia.

A Associação União Consciência Negra de Maringá foi, nesse contexto, um importante instrumento de enfrentamento à discriminação racial, pois, muitas pessoas que sofriam, por exemplo, abuso de autoridade por parte de policiais procuravam para que fossem assistidos juridicamente e tivessem seus direitos humanos garantidos.

Foi citada por todos os entrevistados a notória contribuição do militante e advogado Alaor Gregório de Oliveira, que se dispunha a dar atenção aos casos que necessitavam desse suporte e que durante alguns anos foi o presidente da Associação, quando promoveu reuniões, exibição de filmes e debates cujo tema sempre foi a situação da população negra.

Atualmente, conforme Ata registrada em 22 de agosto do ano de 2017, a Associação é composta pelos seguintes membros: Presidente: Jairo de Carvalho; Vice-Presidente: Solange Maria Leonario; Primeira-Secretária: Sirlene Ferreira da Silva; Segunda-Secretária: Eliana Santos de Oliveira de Sousa; Primeira-Tesoureira: Rosiany Maria da Silva; Segunda-Tesoureira: Maria da Conceição Franco; Conselho Fiscal: Evelen Carla Coelho; Eva Coelho; Maria do Carmo Couto Costa; Valdécio de Souza Barbosa.

Ressalta-se a Associação devido ao seu caráter pioneiro e decorrente dela evidenciamos outras duas expressões de organização que intuía dar visibilidade e protagonismo ao povo negro.

Uma delas é o Centro Cultural Jhamayka, que tem seu lócus de atuação no Bairro João de Barro, que conforme um entrevistado, é um espaço cujos moradores são predominantemente pessoas negras. Tem como um dos objetivos a independência e liberdade do negro e fortalecimento da identidade. Segundo o entrevistado, as pessoas que residiam no bairro eram bastante marginalizadas, por isso, uma das mais importantes ações foi a revitalização da Praça Zumbi dos Palmares, situada em um ambiente criado em 1996 que era estigmatizado porque simplesmente era caracterizado pelo agrupamento das pessoas de tez escura. Pessoas que se reuniam, mas não tinham opções de lazer e cultura e, obviamente, eram alvo de repressões e exclusões, que os conduziam à margem da sociedade.



Contudo, a iniciativa do Cento Cultural Jhamayka de revitalizar a Praça, foi preponderante ao Bairro e sobretudo à identidade do povo negro que ali reside. Lembra o entrevistado de todos os entraves burocráticos e ideológicos, pois foi necessário parcerias com órgãos públicos, que sabemos, na maioria das vezes, não tem interesse de fato em contribuir para transposição da estrutura racista, mas na que frente dos holofotes se comprometem, prometem e iludem as pessoas e dão tapinhas nas costas. Entretanto, adiante o que fazem é esquecer-se e continuar alijando o povo do acesso aos direitos.

Porém, apesar de toda a dificuldade, o projeto seguiu na busca de incentivos e condições para que esse espaço fosse revitalizado e, em 2011, foi apresentado o projeto e elaborada a maquete com a colaboração da Prof<sup>a</sup> de urbanismo Beatriz Fleury e Silva que com ajuda de alunos tornou o sonho em realidade. Contando com as parcerias do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Prefeitura de Maringá, por meio da Assessoria de Promoção da Igualdade Racial. O Centro Cultural projetava então quadras esportivas cobertas, oficinas de música, mini bibliotecas, teatro, camarim, capoeira e vestiários para disputas esportivas. Conta o entrevistado que o camarim não foi feito na praça, mas as demais projeções foram realizadas.

E até hoje a Praça é palco de muitas apresentações e a população negra tem orgulho deste espaço que deixou de ser palco de marginalização para ser palco de grandes apresentações e cenário das manifestações artística e culturais. Paulo Sergio, um dos idealizadores da revitalização, só reclama ainda, a falta do busto de Zumbi dos Palmares na querida Praça que leva seu nome.

O Centro Cultural Jhamayka entidade que fortalece a cultura negra, afro descendente e a comunidade dos Conjuntos João de Barro I e Santa Felicidade é uma referência em Maringá nos projetos “Fazendo Cultura e Construindo Cidadania”, inclusive com registros televisivos.

Dentre as variadas expressões do Movimento Negro em Maringá salienta-se o Instituto de Mulheres Negras Enedina Alves Marques, um espaço de escuta, empoderamento e estudos que colocam a mulher negra alinhada à luta e resistência, com a consciência de sua força, ancestralidade e identidade. Tem como lema: “Que o meu grito soe tão alto que ultrapasse a





barreira do preconceito e da discriminação racial”. Vale ressaltar que Enedina Alves Marques foi a primeira mulher negra engenheira no Paraná.

Além de incentivar o olhar de valorização do estudo e irmandade numa concepção de que “você sobe e puxa a outra”, considera-se neste espaço a sabedoria de nossa ancestralidade de que não se pode desviar o olhar dos seus iguais, indispensável à formação de guetos, já que uma das principais características da ideologia racista foi desmobilizar o povo negro, principalmente a mulher negra.

Uma importante ação do Instituto foi a reivindicação para que fossem comparadas bonecas negras e distribuídas às Instituições de Educação Infantil da cidade. Com o objetivo de trazer representatividade às crianças negras e dar visibilidade a outro grupo étnico para além do branco, ou seja, oportunizar a diversidade através da variedade de cores entre as bonecas disponíveis para as crianças.

Além disso, todo dia 20 de agosto é realizado Seminário da Mulher Negra, data alusiva ao dia de morte da ilustre engenheira paranaense Enedina Alves Marques. Momento imprescindível para pautar, por exemplo, de que não se aceitará mais a carne negra em “promoção”, isto é, que ela seja desvalorizada ou inferiorizada, e que devemos alertar as autoridades para o fato de que corpos negros não são apenas números a serem lembrados no momento das eleições, como destacando na fala da entrevistada.

Sobre a participação das mulheres, considera-se difícil, principalmente de forma sistêmica, mas, no entanto, a luta é maior, pois trata-se de uma dupla opressão: a racial e a de gênero, porém pessoas seguem engajadas nesse movimento de luta e resistência e em todas as reuniões há público. Os relatos sobre as reuniões e atividades dos movimentos sociais negros desenvolvidos em Maringá vão ao encontro da afirmação de Rocha (2014) sobre os movimentos sociais,

Quando combativos e de resistência, os movimentos sociais se demonstram como organizações da sociedade civil na luta por melhores condições de vida, expressando a dinâmica e ações de determinados segmentos, fazendo com que as contradições sociais sejam visíveis através de ações concretas. Possuem papel de extrema importância em meio da luta de classes, pois é



através deles que as reivindicações acontecem, ocasionando mudanças.  
(ROCHA, 2014, p. 38).

Os estudos junto aos três grupos visitados, assim como os demais analisados, demonstram que a reunião das pessoas negras se faz indispensável visando sua mobilidade social, econômica e, sobretudo o fortalecimento identitário que é indispensável para sobrevivência de um povo idealizado para deixar de existir.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

À guisa de conclusão é notória a importância do Movimento Negro para o enfrentamento do racismo e à valorização do povo negro/afro-brasileiro, estritamente porque é terreno de tomada de consciência e onde é feita propositura de ações, na busca de realmente implementar e garantir os direitos humanos, tão negados à população negra ao longo do tempo.

Ter um espaço, ainda que seja embaixo de uma árvore ou na praça, para reunião de pessoas negras que intuem discutir e trazer à luz a história tão mal contada do negro no Brasil, sobretudo no que concerne ao autoconhecimento e a desmobilização que, evidentemente, servem para a manutenção do racismo estrutural, que nos enfraqueceu e dispersou, enquanto povo mantenedor de uma mesma identidade social. A luta segue por agregar, cada vez mais pessoas que tenham a resistência e união como fundamentos.

Por isso, o Movimento Negro em suas mais variadas expressões nos possibilita desacreditar no que contaram para nós, num viés pautado na branquitude, e um movimento em direção ao rompimento com a ideologia racista. A mulher negra, por exemplo, reivindica estar na mesa de tomada de decisões, não quer mais seguir apenas na função de limpar essa mesa. O aspecto educacional do Movimento Negro, nos aproxima do conhecimento, e conhecimento liberta e empodera.

Romper com o ciclo do racismo é difícil, mas muito já avançamos e avançaremos seguindo nos movimentos organizados que nos impulsionam a buscar nossa história,



reconhecer nossa identidade e lutar para que os direitos sejam acessados, garantidos e efetivados.

Além disso, os saberes produzidos pelos Movimentos Negros nos permitem romper com a hipocrisia manifestada na negação do racismo, que difundiu a negritude como sinônimo de violência e inferioridade. E tem sido algo de muita relevância pois com seu caráter político, organizado levantou reivindicações que inspiram tomadas de decisões no governo brasileiro, nas esferas nacional, estadual e municipal.

Portanto, pode-se salientar, como conquista conseguida pelo Movimento Negro a instituição do o Festival Afro-brasileiro em Maringá, que já chegou chegando a sua décima edição. Infelizmente o feriado do Dia da Consciência Negra, não foi aprovado pela Câmara de vereadores, embora tenha sido uma demanda do movimento social. Todavia, houve tantas outras conquistas, em nível nacional como a Lei 10639/03 e o acompanhamento de sua implementação e efetivação, não apenas por parte do Movimento, mas em decorrência dele, também pelo Ministério Público.

Por meio desses saberes, acessando a universidade, o mercado de trabalho e se constituindo como cidadão é possível romper alguns bloqueios, como a pobreza e transpor linha de segregação. Já que o racismo institucional, aquele que percebemos, por exemplo, na escola, observando que na sala dos professores temos dois ou três colegas negros, mas quando observamos e em outros espaços da escola como cozinha, limpeza, vamos encontrando nossos colegas negros em funções que ao longo do tempo nos foi imposto, através de uma percepção que de tão repetida torna-se naturalizada, que negros possuem um lugar para ocupar na sociedade.

Essa percepção esta sendo mudada a partir de muita luta e reflexão e percebemos que temos que estar em todos os lugares.

Enfim, evidenciou-se o quanto já avançamos no que constitui a história do povo negro brasileiro, o quanto as demandas foram ouvidas e atendidas, mediante pressão popular organizada nos Movimentos Negros. Sabemos, porém, o quanto ainda temos que avançar.



E mormente, nesse período em que estamos vivendo, pós eleições em que tememos o retrocesso que se alinha enfaticamente aos movimentos sociais, ter convicção de que, assim com um rio que encontra um obstáculo, muda seu caminho, mas continua seguindo seu curso, nós também continuaremos, apesar dos obstáculos, seguindo nosso curso de resistência, luta, avanços, retrocessos e permanente buscas na garantia, respeito e efetividade dos direitos humanos para a população negra. Nunca foi fácil e nunca será, seguimos resistindo de forma organizada e irmanada!

As entrevistas realizadas me oportunizaram, além de um resgate histórico, um apelo ancestral de que precisamos, sobretudo em tempos que o retrocesso se anuncia a nós, termos muita clareza da verdadeira história do nosso povo, que até então segue contada em visões eurocêntricas que servem apenas para destituir e manter o povo negro humilhado e inferiorizado. Mas nós estamos aqui para escrever a verdadeira história, assim como nos ensinaram os griôs.

O griô se baseia na tradição oral para a transmissão de vivências e saberes culturais de uma comunidade. O mestre griô é reconhecido por, coletivamente, transmitir ensinamentos de geração em geração, com uma identidade própria de um povo, e inclusive com uma potência expressiva pedagógica em tais ensinamentos. Quando dizem que você é um griô, significa que você se comprometeu a guardar as histórias, a guardar uma genealogia, e viver como um registro vivo, com instrumentos, elementos e rituais de iniciação. (NUNES, 2018 p 7)

Aos meus griôs, Aracy, Jairo, Cleusa, Paulo e Valdeir, que tornaram possível este trabalho, meu ancestral muito obrigada!

## REFERÊNCIAS

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes.** Política & Sociedade, vol 10, nº18, abril 2011.

MUNANG, Kabengele; GOMES, Nilma Lino (Orgs.). **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. - Coleção Entender.

NUNES, Ronayre. **Entenda o movimento griô e a importância da ancestralidade na cultura.** Correio Braziliense. Diversão e Arte. 12/12/2018





PARANÁ, SEED. Cadernos Temáticos: **História e cultura afrobrasileira e africana: Educando para as Relações Étnico-Raciais**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PAIXÃO, Marcelo JP. **Manifesto anti-racista: idéias em prol de uma utopia chamada Brasil**. DP&A, 2005.

SANTOS, Milton. **Ser negro no Brasil hoje**. Folha de São Paulo, Caderno Mais. 07 de maio de 2000.

SILVA, Maria da Silva. **O negro no Brasil: Um problema de raça ou de classe**. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 2, p.99-123, jul. 2000.

ROCHA, Andréa Pires. Tópicos Especiais em Direitos Humanos e Cidadania. **Movimentos Sociais**. Curso de especialização em Gestão Pública Direitos Humanos e Cidadania, Ponta Grossa, 2014.

TINOCO, Dandara. **Revolta dos Malês é revista em textos de escravos e de jornais da época**. *Revista Geledés*, São Paulo, jan. 2015 disponível em <https://www.geledes.org.br/revolta-dos-males-e-revista-m-textos-de-escravos-e-de-jornais-da-epoca> acesso em 24/01/2019.